

## □ POLÍTICA ECONÔMICA

# Sarney sanciona sem veto Orçamento de 90

Ele não quis cortar NCz\$ 113,1 bilhões em despesas, para não contrariar o Congresso

BRASÍLIA — O presidente José Sarney deve sancionar hoje integralmente o Orçamento Geral da União para 1990, aprovado pelo Congresso em dezembro. É uma vitória do chefe do Gabinete Civil do presidente, deputado Luis Roberto Ponte, que aconselhou Sarney a não se indispor com o Congresso no final de seu mandato, e mais uma derrota do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que ontem mesmo levou a Sarney uma lista dos vetos por ele considerados necessários — englobando despesas no valor de NCz\$ 113,1 bilhões.

Entre os vetos sugeridos por Abreu, estava o corte integral da

“programação especial” criada pelos parlamentares, para acomodar obras de seu interesse. O presidente esperou o final do despacho com o ministro para comunicar a ele que não vetaria nenhum artigo do Orçamento. Sarney alegou razões políticas para a decisão: vetar qualquer parte do Orçamento, disse a Abreu, teria reflexos importantes na administração do futuro presidente. O deputado Ponte afirmou mais tarde que Fernando Collor “tem poderes constitucionais para alterar o Orçamento, se julgar que isto é conveniente”.

O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente, que também participou da audiência, ao lado de Ponte, explicou que será necessária uma revisão geral do Orçamento, se o presidente eleito quiser implantar sua reforma administrativa, com redução de ministérios e fu-

são e extinção de órgãos públicos.

Sarney explicou ainda a Abreu e Parente que aceitava as “razões técnicas” da Seplan para sugerir os vetos, tanto que vai incorporá-las ao projeto, quando devolver o Orçamento ao Congresso. Mas explicará também as razões políticas que o levaram a sancionar integralmente o Orçamento, rejeitando as sugestões de vetos.

A Seplan queria que Sarney vetasse despesas de NCz\$ 113,1 bilhões, a preços de janeiro, por considerá-las inconstitucionais ou incompatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Desse total, NCz\$ 73,8 bilhões seriam despesas incluídas nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e NCz\$ 39,3 bilhões despesas do orçamento de Investimentos das Empresas Estatais. A “programação especial” dos parlamentares seria responsável por cerca de NCz\$ 15 bilhões desses vetos.